



LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA NO DOMÍNIO DO AMBIENTE

Principais diplomas legais em 2013

GENERALIDADES / PROGRAMAS

- **2013/C 47/10** - Convite à apresentação de propostas LIFE+ 2013.
JO C47 2013-02-19

ÁGUA

3013/5/UE - Decisão do Conselho, relativa à adesão da União Europeia ao Protocolo relativo à Proteção do Mar Mediterrâneo contra a poluição resultante da prospeção e da exploração da plataforma continental, do fundo do mar e do seu subsolo.

JO L4 2013-01-09

- **Informação** sobre a entrada em vigor do Protocolo relativo à Proteção do Mar Mediterrâneo contra a poluição resultante da prospeção e da exploração da plataforma continental, do fundo do mar e do seu subsolo, à Convenção sobre a Proteção do Meio Marinho e do Litoral do Mediterrâneo.

JO L187 2013-7-06

QUALIDADE DO AR

- **2013/162/UE** – Decisão da Comissão, que estabelece as dotações anuais de emissões dos Estados-Membros para o período de 2013 a 2020, em conformidade com a Decisão n.º 406/2009/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

JO L90 2013-3-28

- **377/2013/UE** - Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, que derroga temporariamente a Diretiva 2003/87/CE relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade.

JO L113 2013-4-25

- **Regulamento (UE) n.º 397/2013** da Comissão, que altera o Regulamento (CE) n.º 443/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à vigilância das emissões de CO₂ dos automóveis novos de passageiros.

JO L120 2013- 5-01

- **2013/256/UE** - Decisão de Execução da Comissão, relativa ao reconhecimento do «instrumento de cálculo das emissões de gases com efeito de estufa Biograce» para fins de demonstração do cumprimento dos critérios de sustentabilidade nos termos das Diretivas 98/70/CE e 2009/28/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

JO L147 2013.6.01

- **2013/17/UE** - Diretiva do Conselho, que adapta determinadas diretivas no domínio do ambiente, devido à adesão da República da Croácia.

JO L158 2013-6-10

- **Regulamento (UE) n.º 525/2013** do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à criação de um mecanismo de monitorização e de comunicação de informações sobre emissões de gases com efeito de estufa e de comunicação a nível nacional e da União de outras informações relevantes no que se refere às alterações climáticas

Revoga a Decisão n.º 280/2004/CE.

JO L165 2013-6-18

- **529/2013/UE** - Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a regras contabilísticas aplicáveis às emissões e remoções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a alteração do uso do solo e as florestas e relativa à informação respeitante às ações relacionadas com tais atividades.

JO L165 2013-6-18



RESÍDUOS

- **Regulamento (CE) nº 57/2013** da Comissão, que altera o Regulamento (CE) nº 1418/2007 relativo à exportação de determinados resíduos, para fins de valorização, para certos países não membros da OCDE.
JO L21 2013-01-24
- **2013/2/UE** – Diretiva da Comissão, que altera o anexo I da Diretiva 94/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a embalagens e resíduos de embalagens.
JO L37 2013-2-08
- **Regulamento (UE) n 255/2013** da Comissão, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso científico e técnico, os anexos I-C, VII e VIII do Regulamento (CE) n 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a transferências de resíduos.
JO L79 2013-3-21
- **2013/28/UE**- Diretiva da Comissão, que altera o anexo II da Diretiva 2000/53/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos veículos em fim de vida.
JO L135 2013-5-22
Altera a Diretiva 2000/53/CE

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

- **Regulamento (UE) n 126/2013** da Comissão, que altera o anexo XVII do Regulamento (CE) n 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).
JO L43 2013-02-14
- **2013/10/UE** - Diretiva da Comissão, que altera a Diretiva 75/324/CEE do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes às embalagens aerossóis, a fim de adaptar as suas disposições de rotulagem ao Regulamento (CE) n 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.
JO L77 2013-3-20
Retificação. JO L91 2013-4-03
- **Regulamento de Execução (UE) nº 254/2013** da Comissão, que altera o Regulamento (CE) nº 340/2008 da Comissão relativo a taxas e emolumentos a pagar à Agência Europeia dos Produtos Químicos nos termos do Regulamento (CE) nº 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).
JO L79 2013-3-21
- **Regulamento (UE) n 348/2013** da Comissão, que altera o anexo XIV do Regulamento (CE) n 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).
JO L108 2013-4-18
- **2013/218/UE** - Decisão de Execução da Comissão, que autoriza os Estados-Membros a adotar certas derrogações nos termos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.
JO L130 2013-5-15
- **Regulamento (UE) n 487/2013** da Comissão, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico e científico, o Regulamento (CE) n 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.
JO L149 2013-6-01
- **2013/21/UE** - Diretiva do Conselho, que adapta a Diretiva 67/548/CEE do Conselho e a Diretiva 1999/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no domínio do ambiente, devido à adesão da República da Croácia.
JO L158 2013-5-10



PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE

- **2013/C 44/11** - Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o tema «Rio+20: Balanço e perspetivas» (aditamento a parecer).
JO C44 2013-02-15
- **2013/C 44/11** - Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a agricultura social: políticas com preocupações ambientais, sociais e de saúde (parecer de iniciativa).
JO C44 2013-2-15
- **20013/84/UE** - Decisão de Execução da Comissão, que estabelece as conclusões sobre as melhores técnicas disponíveis (MTD) para a curtimenta de couros e peles nos termos da Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às emissões industriais.
JO L46 2013-02-16
Retificação. JO L169 2013-6-21
- 2013/105/CE** - Recomendação da Comissão, sobre a mobilização das tecnologias da informação e das comunicações para facilitar a transição para uma economia assente na eficiência energética e num baixo nível de emissões de carbono.
JO L51 2013-2-23
- **Regulamento (UE) n 174/2013** do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n 106/2008 relativo a um programa comunitário de rotulagem em matéria de eficiência energética para equipamento de escritório.
JO L63 2013-3-06
- **Retificação da Decisão 2010/18/CE** da Comissão, que estabelece os critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico comunitário aos revestimentos em madeira para pavimentos.
JO L70 2013-3-14
- **2013/135/UE** - Decisão da Comissão, de 15 de março de 2013, que altera as Decisões 2007/506/CE e 2007/742/CE a fim de prolongar a validade dos critérios ecológicos para atribuição do rótulo ecológico da UE a determinados produtos.
JO L75 2013-3-19
- **2013/131/UE** - Decisão da Comissão, relativa à adoção do guia do utilizador que indica os passos necessários para participar no EMAS, ao abrigo do Regulamento (CE) n 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).
JO L76 2013-3-19
- **Retificação da Diretiva 2012/27/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à eficiência energética, que altera as Diretivas 2009/125/CE e 2010/30/UE e revoga as Diretivas 2004/8/CE e 2006/32/CE.
JO L113 2013-4-25
- **2013/179/UE** - Recomendação da Comissão, sobre a utilização de métodos comuns para a medição e comunicação do desempenho ambiental ao longo do ciclo de vida de produtos e organizações.
JO L124 2013-5-04
- **Retificação da Decisão 2012/481/UE da Comissão**, que estabelece os critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico da UE ao papel impresso.
JO L125 2013-5-07
- **2013/250/UE** - Decisão da Comissão, de 21 de maio de 2013, que estabelece os critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico da UE às torneiras sanitárias.
JO L145 2013-5-31
- **2013/18/UE** - Diretiva do Conselho, de 13 de maio de 2013, que adapta a Diretiva 2009/28/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, devido à adesão da República da Croácia.
JO L158 2013-6-10
- **2013/295/EU** - Decisão da Comissão, que altera as Decisões 2006/799/CE, 2007/64/CE, 2009/300/CE, 2009/543/CE, 2009/544/CE, 2009/563/CE, 2009/564/CE, 2009/567/CE, 2009/568/CE, 2009/578/CE, 2009/598/CE, 2009/607/CE, 2009/894/CE, 2009/967/CE, 2010/18/CE e 2011/331/UE, a fim de prorrogar o prazo de validade dos critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico da UE a determinados produtos.
JO L167 2013-6-19



LEGISLAÇÃO NACIONAL NO DOMÍNIO DO AMBIENTE

Principais diplomas legais 2009 - 2013

GENERALIDADES

2009

- **Decreto-Lei nº 11/2009**, de 12 de Janeiro - Constitui a sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro.
- **Portaria nº 261/2009**, de 12 de Março - Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza.
- **Decreto-Lei nº 65/2009**, de 20 de Março - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 287/2007, de 17 de Agosto, que aprovou o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013, adoptando medidas de flexibilização dos sistemas de incentivos do QREN orientados para as empresas.
- **Despacho nº 8719/2009**, de 27 de Março (2ª série), da Agência Portuguesa do Ambiente - Toma pública a listagem dos extractos dos actos, realizados até 31 de Dezembro de 2008, que determinaram a inscrição, modificação, suspensão ou anulação do registo das ONGA - Organizações Não-Governamentais de Ambiente e Equiparadas.
- **Decreto-Lei nº 85/2009**, de 03 de Abril - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril, através da redefinição das unidades territoriais de nível 3 (NUTS III) do Alto Alentejo e Alentejo Central para efeitos de organização territorial das associações de municípios e para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.
- **Despacho 9722/2009**, de 8 de Abril (2ª série), da Agência Portuguesa do Ambiente - Listagem das associações do Registo Nacional das ONGA e equiparadas.
- **Decreto-Lei nº 90/2009**, de 9 de Abril - Estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.
- **Decreto-Lei nº 92/2009**, de 16 de Abril - Sétima alteração à Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e alterada pelos Decretos-Lei nº 11/2006, de 19 de Janeiro, 16/2006, de 26 de Janeiro, 135/2006, de 26 de Julho, 201/2006, de 27 de Outubro, 240/2007, de 21 de Junho, e 44/2008, de 11 de Março.
- **Decreto-Lei nº 99/2009**, de 28 de Abril - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais.
- **Portaria nº 703/2009**, de 6 de Julho - Aprova o Regulamento de Organização e Funcionamento do Registo das Associações de Utilizadores do Domínio Público Hídrico.
- **Portaria nº 706/2009**, de 7 de Julho - Define o âmbito de informação que deve ser alvo dos estudos a elaborar por parte do Estado para constituição do regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.



-
- **Despacho n.º 16140/2009**, de 15 de Julho (2ª série), do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Implementação de medidas energéticas e alteração de comportamentos de consumo, dando cumprimento às obrigações inerentes ao Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios
 - **Portaria n.º 771/2009**, de 20 de Julho - Altera o Regulamento do Registo Nacional das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas, aprovado pela Portaria n.º 478/99, de 29 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 71/2003, de 20 de Janeiro.
 - **Decreto do Presidente da República n.º 69/2009**, de 30 de Julho - Ratifica a Emenda à Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, adoptada em Almaty em 27 de Maio de 2005.
 - **Resolução da Assembleia da República n.º 54/2009**, de 30 de Julho - Aprova a Emenda à Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, adoptada em Almaty em 27 de Maio de 2005.
 - **Decreto-Lei n.º 171/2009**, de 3 de Agosto - Cria o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
 - **Decreto-Lei n.º 172/2009**, de 3 de Agosto - Cria o Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos.
 - **Decreto-Lei n.º 180/2009**, de 7 de Agosto - Aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 2007/2/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Março, que estabelece uma Infra-Estrutura de Informação Geográfica na Comunidade Europeia (INSPIRE), e revoga o Decreto-Lei n.º 53/90, de 13 de Fevereiro.
 - **Decreto-Lei n.º 194/2009**, de 20 de Agosto - Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.
 - **Decreto-Lei n.º 195/2009**, de 20 de Agosto - Altera o regime jurídico dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.
 - **Portaria n.º 936/2009**, de 20 de Agosto - Fixa a tabela de encargos relativos à comunicação de dados e à cedência de informações no âmbito do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC).
 - **Portaria n.º 937/2009**, de 20 de Agosto - Fixa o pagamento de uma taxa referente ao processo de conservação do cadastro de cada prédio, devida ao Instituto Geográfico Português pelos titulares de prédios em situação de cadastro diferido.
 - **Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2009**, de 26 de Agosto - Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, que criou as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.
 - **Portaria n.º 976/2009**, de 1 de Setembro - Fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral previsto no Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio.
 - **Decreto-Lei n.º 2197/2009**, de 8 de Setembro - Constitui a Arco Ribeirinho Sul, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e aprova os respectivos Estatutos.
 - **Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2009**, de 22 de Setembro - Procede à segunda alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, que criou as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.
 - **Decreto-Lei n.º 244/2009, de 22 de Setembro** - Constitui a sociedade Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Sudoeste - Operação Integrada de Requalificação e Valorização do Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
 - **Despacho n.º 21571/2009**, de 25 de Setembro (2ª série), do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Atribuição do prémio Defesa Nacional e Ambiente 2008.
 - **Despacho n.º 21572/2009**, de 25 de Setembro (2ª série), do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Atribuição do prémio Defesa Nacional e Ambiente 2007.



-
- **Portaria nº 1117/2009**, de 30 de Setembro - Estabelece as áreas territoriais beneficiárias dos incentivos às regiões com problemas de interioridade.
Declaração de Rectificação nº 79/2009, de 27 de Outubro.
 - **Portaria nº 1128/2009**, de 1 de Outubro - Aprova a tabela de taxas devidas pelos serviços prestados pela Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT).
 - **Decreto-Lei nº 277/2009**, de 2 de Outubro - Aprova a orgânica da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.
 - **Decreto-Lei nº 321/2009**, de 11 de Dezembro - Aprova a Lei Orgânica do XVIII Governo Constitucional.
 - **Lei nº 119/2009**, de 30 de Dezembro - Segunda alteração à Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009)

2010

- **Aviso nº 3941/2010**, de 24 de Fevereiro (2ª série), da Agência Portuguesa do Ambiente - Lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas inscritas no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas até 31 de Dezembro de 2009.
- **Aviso nº 3942/2010**, de 24 de Fevereiro (2ª série), da Agência Portuguesa do Ambiente - Publicação da listagem dos extractos dos actos realizados até 31 de Dezembro de 2009 que determinaram a inscrição, modificação, suspensão ou anulação do registo, das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas inscritas no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas.
- **Portaria nº 198/2010**, de 14 de Abril - Altera os anexos I, III e IV da Portaria nº 394/2008, de 5 de Junho, que aprova os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Norte, I. P., os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Centro, I. P., os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P., os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., e os Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P.
- **Lei nº 3-A/2010**, de 28 de Abril - Grandes Opções do Plano para 2010-2013.
- **Lei nº 3-B/2010**, 28 de Abril - Orçamento do Estado para 2010
- **Portaria nº 314/2010**, de 14 de Junho - Define as taxas devidas pelos actos e serviços prestados pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) e revoga a Portaria nº 393/2004, de 16 de Abril.
- **Portaria nº 485/2010**, de 13 de Julho - Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Intervenção Ambiental
- **Portaria nº 486/2010**, de 13 de Julho - Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos.
- **Portaria nº 487/2010**, de 13 de Julho - Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
- **Despacho 12778/2010**, de 9 de Agosto (2ª série), da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Cria a Comissão Permanente de Acompanhamento para Responsabilidade Ambiental.
- **Despacho nº 13560/2010**, de 24 de Agosto (2ª série), da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Determina que o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) coordena o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015.
- **Despacho nº 14893/2010**, de 28 de Setembro (2ª série), da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Designação dos elementos do grupo de coordenação e dos coordenadores dos grupos de trabalho sectoriais da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC).
- **Despacho nº 17588/2010**, de 23 de Novembro - Criação de um grupo de trabalho interministerial com o objectivo, entre outros, de recolher e sistematizar a informação sobre políticas nacionais ligadas ao ambiente, em particular às alterações climáticas e às energias renováveis, e identificar as implicações destas políticas sobre o emprego e as competências.



-
- **Portaria nº 1202/2010**, de 29 de Novembro - Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos eléctricos em local público de acesso público.
 - **Aviso nº 357/2010**, de 14 de Dezembro - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de adesão das Emendas à Convenção sobre a Protecção Física dos Materiais Nucleares, adoptadas em Viena em 8 de Julho de 2005.
 - **Lei nº 55-A/2010**, de 31 de Dezembro (Suplemento) - Orçamento do Estado para 2011.
Alterada pela Lei nº 48/2011, de 26 de Agosto.

2011

- **Portaria nº 26/2011**, de 10 de Janeiro - Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 2/2011**, de 12 de Janeiro - Lança o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP, de forma a alcançar um aumento da eficiência energética de 20 % até 2020
- **Despacho nº 2316/2011**, de 1 de Fevereiro (2ª série), da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Criação do grupo operacional do MAOT que tem por missão a operacionalização da Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável (ENDS).
- **Aviso nº 3366/2011**, de 1 de Fevereiro (2ª série), da Agência Portuguesa do Ambiente - Lista das organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) e equiparadas até 31 de Dezembro de 2010.
- **Aviso nº 7688/2011**, de 28 de Março (2ª série), da Agência Portuguesa do Ambiente - Lista das organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) e equiparadas até 31 de Dezembro de 2010.
- **Portaria nº 174/2011**, de 28 de Abril - Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.
- **Decreto-Lei nº 6572011**, de 16 de Maio - Estende às zonas de intervenção florestal o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 224/2007, de 31 de Maio.
- **Decreto-Lei nº 86-A/2011**, de 12 de Julho - Aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.
Declaração de Rectificação nº 29/2011, de 2 de Setembro.
- **Lei nº 48/2011**, de 26 de Agosto - Proceda à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no âmbito da iniciativa de reforço da estabilidade financeira.
- **Lei nº 64-A/2011**, de 30 de Dezembro - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015
- **Lei nº 64-B/2011**, de 30 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2012
Declaração de Reificação nº 11/2012, de 24 de fevereiro.
Alterada pela Lei nº 20/2012, de 14 de maio.

2012

- **Portaria nº 8/2012**, de 4 de Janeiro - Aprova o regulamento de funcionamento da Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade (ECS).
- **Decreto-Lei nº 7/2012**, de 17 de janeiro - Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- **Aviso nº 1617/2012**, de 2 de fevereiro (2ª série) da Agência Portuguesa do Ambiente - Listagem dos extratos dos atos, realizados até 31 de dezembro de 2011, que determinaram a inscrição, modificação, suspensão ou anulação do registo.
- **Aviso nº 1618/2012**, de 2 de fevereiro (2ª série) da Agência Portuguesa do Ambiente - Lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas até 31 de dezembro de 2011.



-
- **Decreto-Lei nº 56/2012**, de 12 de Março - Aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.
 - **Decreto Regulamentar nº 30/2012**, de 13 de Março - Aprova a orgânica da Direcção-Geral do Território.
 - **Decreto Regulamentar nº 33/2012**, de 20 de Março - Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2012**, de 27 de Março - Aprova medidas urgentes tendo em conta a actual situação de seca e cria a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas.
 - **Portaria nº 90/2012**, de 30 de março - Especifica as profissões regulamentadas abrangidas nas áreas da agricultura, das florestas, do mar, do ambiente e do ordenamento do território e designa as autoridades nacionais que, para cada profissão, são competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.
 - **Despacho nº 5281/2012**, de 17 de abril (2ª série), da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Determina a cessação de funções de dirigentes das Administrações de Região Hidrográfica
 - **Despacho nº 5282/2012**, de 17 de abril (2ª série), da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Designa, em regime de substituição, os membros do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.).
 - **Lei nº 20/2012**, de 14 de maio - Primeira alteração à Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2012**, de 18 de maio - Lança o Programa da Indústria Responsável com vista à melhoria do ambiente de negócios, à redução de custos de contexto e à otimização do enquadramento legal e regulamentar relativo à localização, instalação e exploração da atividade industrial.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012**, de 22 de maio - Proceda à recondução e nomeação de membros do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- Decreto-Lei nº 135/2012**, de 29 de junho - Aprova a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.
- **Decreto-Lei nº 140/2012**, de 10 de Julho - Cria o Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos e aprova a respetiva estrutura orgânica.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2012**, de 11 de setembro - Aprova a Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos - Recursos Minerais.
 - **Decreto-Lei nº 228/2012**, de 25 de outubro - Aprova a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional.
Revoga o Decreto-Lei nº134/2007, de 27 de Abril.
 - **Portaria nº 349/2012**, de 30 de outubro - Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para Integração na Carreira Especial de Inspeção, aplicável à Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e revoga a Portaria n.º 230/2011, de 14 de junho.
 - **Portaria nº 353/2012**, de 31 de outubro - Aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
 - **Decreto-Lei nº 241/2012**, de 6 de novembro - Determina a transferência para o Município de Lisboa dos contratos de empreitada de obras públicas, locação e aquisição de bens móveis e serviços celebrados pelas sociedades Parque Expo 98, S. A., e Parque Expo - Gestão Urbana do Parque das Nações, S. A., no âmbito das atividades de manutenção e gestão urbana na zona de intervenção da Expo' 98.
 - **Decreto-Lei nº 246/2012**, de 13 de novembro - Proceda à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.
 - **Lei nº 64/2012**, de 20 de dezembro - Proceda à segunda alteração à Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis nº 112/97, de 16 de setembro, e 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei Orgânica nº 1/2007, de 19 de fevereiro, e os



- **Decretos-Leis nº 229/95**, de 11 de setembro, 287/2003, de 12 de novembro, 32/2012, de 13 de fevereiro, 127/2012, de 21 de junho, 298/92, de 31 de dezembro, 164/99, de 13 de maio, e 42/2001, de 9 de fevereiro.

- **Lei nº 66-A/2012**, de 31 de dezembro - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013

- **Lei nº 66-B/2012**, de 31 de dezembro – Aprova o Orçamento do Estado para 2013

2013

- **Aviso nº 1427/2013**, de 30 de janeiro (2ª série), da Agência Portuguesa do Ambiente - Listagem das Organizações não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional das ONGA.

- **Aviso nº 1428/2013**, de 30 de janeiro (2ª série), da Agência Portuguesa do Ambiente - Registo Nacional das Organizações não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas.

- **Portaria nº 108/2013**, de 15 de Março - Aprova os estatutos da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

- **Decreto-Lei nº 48/2013**, de 5 de abril - Altera o regime aplicável à direção e coordenação geral das intervenções no âmbito do «Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades» e do conjunto de operações «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira».

- **Decreto-lei nº 60/2013**, de 9 de maio - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

- **Aviso nº 244/2013**, de 8 de julho - Auto de delimitação do domínio público marítimo na confrontação com o prédio urbano sito na Rua Nossa Senhora dos Navegantes n.º 9, em Armação de Pêra, concelho de Silves.



ÁGUA

2009

- **Despacho nº 484/2009**, de 8 de Janeiro (2ª série) do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Aplicação da taxa de recursos hídricos.
- **Despacho nº 243472009**, de 19 de Janeiro (2ª série) do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Taxa de recursos hídricos.
Alterado pelo Despacho nº 10858/2009, de 28 de Abril (2ª série).
- **Portaria nº 144/2009**, de 5 de Fevereiro - Define as áreas e condicionalismos ao exercício da pesca lúdica, incluindo a apanha lúdica, em águas oceânicas da subárea da zona económica exclusiva do continente, águas interiores marítimas e águas interiores não marítimas sob jurisdição da autonomia marítima e revoga a Portaria n.º 868/2006, de 29 de Agosto.
- **Despacho nº 6587/2009**, de 2 de Março (2ª série) do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - É criada uma estrutura de coordenação e acompanhamento (ECA) da implementação do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH).
- **Decreto-Lei nº 79/2009**, de 2 de Abril - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 65/97, de 31 de Março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas.
Alterado pelo Decreto-Lei nº 86/2012, de 10 de Abril.
- **Despacho nº 10858/2009**, de 28 de Abril (2ª série), do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Taxa de recursos hídricos. Complemento às normas estabelecidas no despacho nº 2434/2009, de 19 de Janeiro, para estabelecimentos de piscicultura, aquacultura ou de culturas biogenéticas.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2009**, de 11 de Maio - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira do Roxo
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2009**, de 11 de Maio - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Fronhas.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2009**, de 14 de Maio - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos.
Declaração de Rectificação nº 47-A/2009, de 13 de Julho.
- **Decreto-Lei nº 107/2009**, de 15 de Maio - Aprova o regime de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.
Alterado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março.
Alterado pela Lei nº 28/2010, de 2 de Setembro.
- **Portaria nº 522/2009**, de 15 de Maio - Determina a reclassificação das albufeiras de águas públicas de serviço público.
- **Portaria nº 579/2009**, de 2 de Junho - Considera praias marítimas as designadas como zonas balneares costeiras e praias de águas fluviais e lacustres as designadas como zonas de interiores.
Declaração de rectificação nº 48/2009, de 14 de Julho.
- **Decreto-Lei nº 135/2009**, de 3 de Junho - Estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares.
Alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de maio.
- **Decreto-Lei nº 137/2009**, de 8 de Junho - Prorroga, por um ano, o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos previsto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio
- **Portaria nº 631/2009**, de 9 de Junho - Estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das actividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos.
- **Despacho nº 1487272009**, de 2 de Julho (2ª série), do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Normas para a utilização dos recursos hídricos públicos e particulares.



-
- **Portaria nº 702/2009**, de 6 de Julho - Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de protecção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, bem como os respectivos condicionamentos.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2009**, de 8 de Setembro - Aprova a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira.
 - **Portaria nº 1021/2009**, de 10 de Setembro - Estabelece os elementos que devem instruir os pedidos de autorização relativos a actos ou actividades condicionados nas albufeiras, lagoas e lagos de águas públicas e respectivas zonas terrestres de protecção, bem como as taxas devidas pela emissão de autorizações.
 - **Decreto-Lei nº 245/2009**, de 22 de Setembro - Quarta alteração do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, simplificando o regime de manutenção em vigor dos títulos de utilização dos recursos hídricos emitidos ao abrigo da legislação anterior, e primeira alteração do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de Julho, estabelecendo a competência da Agência Portuguesa do Ambiente no domínio da responsabilidade ambiental por danos às águas.
 - **Despacho normativo nº 33/2009**, de 25 de Setembro - Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais.
 - **Portaria nº 1114/2009**, de 29 de Setembro - Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de protecção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano.
Declarada sem efeito pela Declaração de rectificação nº 73/2009, de 8 de Outubro.
 - **Portaria nº 1115/2009**, de 29 de Setembro - Aprova o Regulamento de Avaliação e Monitorização do Estado Quantitativo das Massas de Água Subterrâneas.
 - **Portaria nº 1284/2009**, de 19 de Outubro - Estabelece o conteúdo dos planos de gestão de bacia hidrográfica.
 - **Decreto-Lei nº 312/2009**, de 27 de Outubro - Altera o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Grande Porto para recolha, tratamento e rejeição de efluentes, criado pelo Decreto-Lei n.º 260/2000, de 17 de Outubro, e constitui a sociedade SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S. A., atribuindo-lhe a concessão da exploração e gestão desse sistema
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 119/2009**, de 30 de Dezembro - Reformula a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e prorroga o mandato da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.
Declaração de Rectificação nº5/2010, de 15 de Fevereiro.
Revogada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2001, de 12 de Janeiro,

2010

- **Portaria nº 91/2010**, de 11 de Fevereiro - Proceda à classificação de várias albufeiras de águas públicas de serviço público como albufeiras públicas de utilização protegida e outra como albufeira de águas públicas de utilização condicionada.
Declaração de Rectificação nº 12/2010, de 12 de Abril.
- **Portaria nº 160/2010**, de 15 de Março - Define os critérios para cálculo das taxas relativas à actividade de regulação estrutural, económica e de qualidade de serviço, devidas pelas entidades gestoras concessionárias dos serviços multimunicipais e municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.).
- **Portaria nº 175/2010**, de 23 de Março - Define os critérios para cálculo das taxas relativas à atribuição de regulação da qualidade da água para consumo humano, devidas pelas entidades gestoras dos serviços de abastecimento público de água para consumo humano à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.).
- **Decreto-Lei nº 23/2010**, de 25 de Março - Estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro.
Alterado pela Lei nº 19/2010, de 23 de Agosto.
- **Decreto-Lei nº 26/2010**, de 30 de Março - Proceda à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio.
Alterado pela Lei nº 28/2010, de 2 de Setembro.



-
- **Portaria nº 267/2010**, de 16 de Abril - Identificação das águas balneares para o ano de 2010.

 - **Decreto-Lei nº 41/2010**, de 29 de Abril - Cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste e constitui a sociedade Águas do Noroeste, S. A., em substituição do sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do norte da área do Grande Porto, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Minho-Lima e do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Ave.

 - **Portaria nº 498/2010** - Procede à classificação de várias albufeiras de águas públicas de serviço público como albufeiras públicas de utilização protegida e outra como albufeira de águas públicas de utilização condicionada.
Declaração de Rectificação nº29/2010, de 10 de Setembro.

 - **Decreto-Lei nº 68/2010**, de 15 de Junho - Cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e constitui a sociedade VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A., atribuindo-lhe a concessão da exploração e gestão desse sistema.

 - **Decreto-Lei nº 82/2010**, de 2 de Julho - Prorroga o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos e dispensa os utilizadores desses recursos da prestação da caução para recuperação ambiental quando constituam garantia financeira, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

 - **Portaria nº 539/2010**, de 20 de Julho - Classifica como albufeiras de águas públicas de utilização protegida as albufeiras de Alto Tâmega, Daivões e Gouvães.

 - **Decreto-Lei nº 96/2010**, de 30 de Julho - Estabelece o regime sancionatório aplicável às infracções praticadas pelos utilizadores da orla costeira, no que respeita a sinalética e barreiras de protecção.
Revogado pelo Decreto-Lei nº 159/2012, de 24 de julho.

 - **Portaria nº 842/2010**, de 6 de Setembro - Mantém a praia da Aguda, no concelho de Sintra, como praia de uso suspenso.

 - **Portaria nº 931/2010**, de 21 de Setembro - Define os elementos necessários à instrução dos processos de delimitação do domínio público hídrico por iniciativa dos proprietários, públicos ou privados, de terrenos nas áreas confinantes com domínio público hídrico e estabelece igualmente a taxa devida pela apreciação dos procedimentos de delimitação do domínio público por iniciativa dos particulares.

 - **Portaria nº 962/2010**, de 23 de Setembro - Classifica as albufeiras de águas públicas de serviço público de Girabolhos e Bogueira como albufeiras de águas públicas de utilização protegida.

 - **Decreto-Lei nº 103/2010**, de 24 de Setembro - Estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água e **transpõe** a Directiva nº 2008/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, e parcialmente a Directiva nº 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de Julho.
Alterado pelo Decreto-Lei nº 83/2011, de 20 de Junho.

 - **Decreto-Lei nº 108/2010**, de 13 de Outubro - Estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020.
Transpõe a Directiva nº 2008/56/CE. JO L164 2008-6-25

 - **Decreto-Lei nº 115/2010**, de 22 de Outubro - Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objectivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e **transpõe** a Directiva nº 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro.

 - **Decreto-Lei nº 126/2010**, de 23 de Novembro - Estabelece o regime de implementação dos aproveitamentos hidroeléctricos a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 72/2010, de 10 de Setembro.

2011

- **Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2011**, de 12 de Janeiro - Determina a extinção da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), transferindo a respectiva missão para a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM).
Alterada pelo Decreto Regulamentar nº 17/2012, de 31 de Janeiro.
Alterada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2012, de 13 de Julho.



-
- **Portaria nº 34/2011**, de 13 de Janeiro - Estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores.
 - **Despacho nº 4570/2011**, de 15 de Março (2ª série), da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Adopção de medidas de promoção do uso da água da torneira.
 - **Portaria nº 493/2011**, de 12 de Março - Identificação das águas balneares para o ano de 2011 e à fixação da época banhar para cada água banhar.
 - **Decreto-lei nº 83/2011**, de 20 de Junho - Estabelece especificações técnicas para a análise e monitorização dos parâmetros químicos e físico-químicos caracterizadores do estado das massas de água superficiais e subterrâneas e procede à **transposição** da Directiva nº 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de Julho.
 - **Aviso nº 179/2011**, de 4 de Agosto - Toma público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo de Emendas à Convenção Relativa à Organização Hidrográfica Internacional, adoptado no Mónaco em 14 de Abril de 2005.

2012

- **Despacho nº 3316/2012**, de 6 de março (2ª série) dos Secretários de Estado da Energia e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Centrais mini-hídricas - informações prévias desfavoráveis ou indeferimentos de novos títulos de utilização.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2012**, de 29 de Março - Suspende parcialmente, pelo prazo de três anos, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar-Marinha Grande, com vista à implantação de equipamentos de utilização coletiva.
- **Portaria nº 115/2012**, de 27 de abril - Procede à identificação das águas balneares para o ano de 2012 e à fixação das respetivas épocas balneares.
Declaração de Retificação nº 32/2012, de 21 de junho.
- **Portaria nº 117/2012**, de 30 de abril - Define a Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas.
- **Despacho nº 5799/2012**, de 18 de maio (2ª série) do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território - Alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira da Apartadura.
- **Despacho nº 6885/2012**, de 21 de maio (2ª série) do Secretário de Estado do Ambiente ed o Ordenamento do território - Comete à Agência Portuguesa do Ambiente, IP a alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal.
- **Decreto-Lei nº 113/2012**, de 23 de maio - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 135/2009, de 3 de junho, que estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares.
- **Portaria nº 175/2012**, de 29 de maio - Procede à designação das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres qualificadas como praias de banhos no ano de 2012.
- **Decreto-Lei nº 130/2012**, de 22 de junho - Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, **transpondo** a Diretiva nº 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2012**, de 10 de Julho - Suspende, pelo prazo de dois anos, o disposto nos artigos 25.º, 48.º, 50.º e 53.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Cascais e nos artigos 81.º e 82.º do Regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Cascais (Cidadela)-Forte de São Julião da Barra, numa área localizada na freguesia de Carcavelos, concelho de Cascais, estabelece medidas preventivas pelo mesmo período e para a mesma área e altera a delimitação da Reserva Agrícola Nacional do Município de Cascais.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2012**, de 13 de Julho - Estabelece os objetivos e a composição da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e disciplina o exercício das funções executivas de apoio à respetiva atividade.



-
- **Decreto-Lei nº 159/2012**, de 24 de Julho - Regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso, circulação e permanência indevidos em zonas interditas e respetiva sinalização.
 - **Decreto-Lei nº 201/2012**, de 27 de agosto - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020.
 - **Lei nº 44/2012**, de 29 de agosto - Sexta alteração ao Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.
 - **Decreto nº 24/2012**, de 24 de setembro - Aprova as Emendas aos artigos 25º e 26º da Convenção sobre a Proteção e a Utilização de Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais, adotadas pela Reunião das Partes, em Madrid, em 28 de novembro de 2003.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 80/2012**, de 1 de outubro - Altera o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabil, Bouça e Santa Luzia, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2002, de 13 de março.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2012**, de 3 de outubro - Altera o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela - Forte de São Julião da Barra, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 123/98, de 19 de outubro.
 - **Portaria nº 346/2012**, de 29 de Outubro - Mantém a declaração da praia da Aguda, no concelho de Sintra, como praia de uso suspenso.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 92/2012**, de 9 de novembro - Suspende parcialmente o Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau e o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pelo prazo de dois anos, com vista à instalação do Posto de Observação da Ponta da Galhofa, integrado no projeto de âmbito nacional Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controle da costa portuguesa.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2012**, de 18 de dezembro - Prorroga, pelo prazo de um ano, a suspensão parcial do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo e dos Planos Diretores Municipais de Alijó, de Carrazeda de Ansiães, de Mirandela, de Murça e de Vila Flor, bem como o estabelecimento de medidas preventivas, determinados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2010, de 15 de dezembro.

2013

- **Resolução do Conselho de Ministros nº 1/2013**, de 9 de janeiro - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal, situada no concelho de Vieira do Minho.
- **Despacho nº 2036/2013**, de 4 de fevereiro (2ª série), do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural - Determina a constituição da Comissão de Acompanhamento do Licenciamento das Atividades Pecuárias (CALAP).
- **Despacho nº 2227/2013**, de 7 de fevereiro (2ª série), dos Secretários de Estado do Mar e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova o Programa de Ação e Medidas para a Melhoria e Controlo da Qualidade da Água na Ria Formosa.
- **Despacho nº 2228/2013**, de 7 de fevereiro (2ª série), do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território - Procede à revisão dos planos de gestão de bacia hidrográfica abrangidos pela área de jurisdição da Agência Portuguesa do Ambiente
- **Aviso nº 39/2013**, de 20 de março - Torna público que a República Portuguesa depositou, nos termos do artigo 24.º da Convenção sobre a Proteção e a Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais o respetivo instrumento de adesão às Emendas aos artigos 25.º e 26.º da Convenção, concluída em Madrid, em 28 de novembro de 2003.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 16-A/2013**, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 6 (RH6), designado PGBH do Sado e Mira.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 16-B/2013**, de 22 de Março - Aprova os Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 4 (RH4), designados PGBH do Vouga, Mondego e Lis e das Ribeiras do Oeste.



-
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 16-C/2013**, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 3 (RH3), designado PGBH do Douro.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 16-D/2013**, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 2 (RH2), designado PGBH do Cávado, Ave e Leça.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 16-E/2013**, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 8 (RH8), designado PGBH das Ribeiras do Algarve.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 16-F/2013**, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 5 (RH5), designado PGBH do Tejo.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 16-G/2013**, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 7 (RH7), designado PGBH do Guadiana.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 16-H/2013**, de 22 de Março - Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 1 (RH1), designado PGBH do Minho e Lima.
 - **Despacho nº 5105/2013**, de 16 de abril (2ª série) da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Economia e do Emprego, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Saúde - Gabinetes dos Ministros Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Economia e do Emprego, da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ministro da Saúde - Prevenção e segurança Balnear.
 - **Portaria nº 178/2013**, de 13 de maio - Proceda à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2013.
 - **Portaria nº 207/2013**, de 21 de junho - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de três captações de água subterrânea que integram o polo de captação da Barosa no concelho de Leiria.
 - **Portaria nº 216/2013**, de 3 de julho - Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Sintra.
 - **Decreto-Lei nº 92/2013**, de 11 de julho - Define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.
Revoga o Decreto-Lei nº 379/93, de 5 de novembro.



QUALIDADE DO AR

2009

- **Decreto-Lei nº 49/2009**, de 26 de Fevereiro - Estabelece mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes rodoviários.
- **Portaria nº 437-A/2009**, de 24 de Abril - Estabelece as regras relativas à atribuição de licenças de emissão a novas instalações e **revoga** a Portaria nº 387/2006, de 21 de Abril.
- **Portaria nº 675/2009**, de 23 de Junho - Fixa os valores limite de emissão de aplicação geral (VLE gerais) aplicáveis às instalações abrangidas pelo Decreto-Lei nº 78/2004, de 3 de Abril.
Declaração de Rectificação nº 62/2009, de 21 de Agosto.
- **Portaria nº 676/2009**, de 23 de Junho - Substitui a tabela n.º 3 do anexo à Portaria nº 80/2006, de 23 de Janeiro, que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos
Declaração de Rectificação nº 63/2009, de 21 de Agosto
Declaração de Rectificação nº 66/2009, de 11 de Setembro.
- **Decreto-Lei nº 154/2009**, de 6 de Julho - Procede à quarta alteração ao regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo Decreto-Lei nº 233/2004, de 14 de Dezembro, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2004/101/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Outubro.
Republica o Decreto-Lei nº 233/2004, de 14 de Dezembro.
- **Decreto-Lei nº 196/2009**, de 24 de Agosto - Procede à primeira alteração do Decreto-Lei nº 346/2007, de 17 de Outubro, que aprova o Regulamento Relativo às Medidas a Tomar contra a Emissão de Gases e Partículas Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição por Compressão e contra a Emissão de Gases Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição Comandada Alimentados a Gás Natural ou a Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Veículos, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva 2008/74/CE, da Comissão, de 18 de Julho.
- **Aviso nº 89/2009**, de 11 de Setembro - Torna público ter a República Portuguesa efectuado, em 22 de Maio de 2008, junto do Secretário-Geral da Organização Marítima Internacional, o depósito do seu instrumento de adesão ao Protocolo de 1997 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção de Poluição por Navios, 1973, Modificada pelo Protocolo de 1978, MARPOL 73/78, Relativo às Regras para a Prevenção da Poluição Atmosférica por Navios, adoptado em Londres em 26 de Setembro de 1997.
- **Decreto do Presidente da República nº 90/2009**, de 15 de Setembro - Ratifica o Protocolo sobre Registos de Emissões e Transferências de Poluentes, adoptado em Kiev em 21 de Maio de 2003.
- **Resolução da Assembleia da República nº 87/2009**, de 15 de Setembro - Aprova o Protocolo sobre Registos de Emissões e Transferências de Poluentes, adoptado em Kiev em 21 de Maio de 2003, por ocasião da 5.ª Conferência Ministerial Ambiente para a Europa.
- **Despacho Conjunto nº 20762/2009**, de 16 de Setembro, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações –
Programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região do Norte
- **Despacho Conjunto nº 20763/2009**, de 16 de Setembro, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações –
Programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo.
- **Despacho nº 22007/2009**, de 2 de Outubro - Aprova o programa de controlo de aplicação do Decreto-Lei nº 181/2006, de 6 de Setembro.
- **Aviso nº 110/2009**, de 28 de Outubro - Torna público ter a República Portuguesa efectuado, em 8 de Outubro de 2009, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, o depósito do seu instrumento de ratificação do Protocolo sobre Registos de Emissões e Transferências de Poluentes, adoptado em Kiev em 21 de Maio de 2003.



2010

- **Despacho nº 451572010**, de 15 de Março (2ª série) - Cria a comissão de acompanhamento local da co-incineração de resíduos perigosos na cimenteira da Cimpor - Indústria de Cimentos, S. A., em Souselas.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 2472010**, de 1 de Abril - Aprova a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.
- **Decreto-Lei nº 30/2010**, de 8 de Abril - Quinta alteração ao regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo Decreto-Lei nº 233/2004, de 14 de Dezembro, **transpondo** parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril.
- **Decreto-Lei nº 93/2010**, de 27 de Julho - Estabelece o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa das actividades da aviação, **transpondo** a Directiva nº 2008/101/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, que altera a Directiva nº 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro.
- **Decreto-Lei nº 102/2010**, de 23 de Setembro - Estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente.
Transpõe a Directiva 2008/50/CE. JO L152 2008-6-11
Directiva 2004/107/CE. JO L23 2005-1-26
- **Portaria nº 993/2010**, de 29 de Setembro - Estabelece a taxa devida à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) pelo acesso e utilização do Registo Português de Licenças de Emissão (RPLE).
- **Despacho nº 15296/2010**, de 11 de Outubro (2ª série), dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Constitui um grupo de trabalho (GT *fast start*) com vista à execução da Iniciativa Portuguesa de Implementação Imediata em Matéria de Alterações Climáticas no período de 2010-2012.
- **Decreto-Lei nº 117/2010**, de 25 de Outubro - Estabelece os critérios de sustentabilidade para a produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos 2011 a 2020, **transpondo** os artigos 17.º a 19.º e os anexos III e V da Directiva nº 2009/28/CE, do Conselho e do Parlamento Europeu, de 23 de Abril, e o nº 6 do artigo 1º e o anexo IV da Directiva nº 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril.
Alterado pelo Decreto-Lei nº 6/2012, de 17 de janeiro.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 93/2010**, de 26 de Novembro - Determina a elaboração do Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020 e de planos sectoriais de baixo carbono, bem como do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020.
- **Decreto-Lei nº 142/2010**, de 31 de Dezembro - Altera as normas de especificação técnica para a composição da gasolina e do gasóleo rodoviário, introduz um mecanismo de monitorização e de redução das emissões de gases com efeito de estufa, **transpõe** parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 281/2000, de 10 de Novembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 89/2008, de 30 de Maio.

2011

- **Decreto-Lei nº 56/2011**, de 21 de Abril - Estabelece o regime aplicável a determinados gases fluorados com efeito estufa, **assegurando a execução** do Regulamento (CE) nº 842/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, e dos respectivos regulamentos de desenvolvimento.
- **Despacho nº 10681/2011**, de 26 de Agosto (2ª série), da Ministra da Agricultura, Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Delega competências no mestre Nuno Lacasta, coordenador do comité executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC).

2012

- **Decreto-Lei nº 6/2012**, de 17 de janeiro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 117/2010, de 25 de Outubro, que **transpõe** parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, e a Directiva 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, de 2009, e estabelece os critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres, e define os limites de incorporação obrigatória



de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, procedendo, igualmente, à suspensão temporária da vigência do n.º 1 do artigo 15.º do mesmo diploma.

- **Decreto-Lei nº 60/2012**, de 14 de Março - **Transpõe** a Diretiva nº 2009/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, e estabelece o regime jurídico da atividade de armazenamento geológico de dióxido de carbono (CO₂(índice 2)).

- **Decreto-Lei nº 180/2012**, de 3 de agosto - **Procede** à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 181/2006, de 6 de setembro, e **transpõe** a Diretiva nº 2010/79/UE, da Comissão, de 19 de novembro, que adapta ao progresso técnico o anexo III da Diretiva nº 2004/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis.

- **Decreto-Lei nº 224/2012**, de 16 de outubro - **Procede** à prorrogação do período de suspensão da vigência do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 117/2010, de 25 de outubro, relativamente ao cumprimento dos critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos.

- **Decreto-Lei nº 252/2012**, de 26 de novembro - **Procede** à alteração do regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito estufa, aprovado pelo Decreto-Lei nº 233/2004, de 14 de dezembro, **transpondo** parcialmente a Diretiva nº 2009/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.

- **Decreto-Lei nº 258/2012**, de 30 de novembro - **Procede** à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 236/2005, de 30 de dezembro, **transpondo** a Diretiva 2011/88/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro, que altera a Diretiva 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias.

2013

- **Lei nº 9/2013**, de 28 de janeiro - **Aprova** o regime sancionatório do setor energético, **transpondo**, em complemento com a alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, as Diretivas nos 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural e revogam, as Diretivas nos 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003.

- **Decreto-Lei nº 38/2013**, de 15 de Março - **Regula** o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013, **concluindo a transposição** da Diretiva nº 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa.



IMPACTE AMBIENTAL

2008

- **Resolução do Conselho de Ministros nº 85/2008**, de 26 de Maio - Adopta, em termos gerais, as conclusões e recomendações do relatório ambiental elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P., no âmbito do procedimento de avaliação ambiental estratégica da análise técnica comparada das alternativas de localização do novo aeroporto de Lisboa e confirma a aprovação da localização do novo aeroporto de Lisboa na zona do Campo de Tiro de Alcochete.

- **Despacho 18350/2008**, de 9 de Julho (2ª Série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Aprova a criação da comissão de acompanhamento ambiental da construção do aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor.

- **Despacho nº 20724/2008**, de 7 de Agosto (2ª série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - O projecto «Loteamento da zona 2F1 da ZILS» é totalmente dispensado do procedimento de avaliação de impacte ambiental, ficando a presente dispensa condicionada ao cumprimento das condições constantes da DIA do projecto «Expansão do Complexo Petroquímico REPSOL», emitida a 27 de Maio de 2008, anexa ao presente despacho.

- **Despacho nº 31195/2008**, de 4 de Dezembro (2ª série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Designação dos vogais para o conselho consultivo de AIA.

- **Portaria nº 1067/2009**, de 18 de Setembro - Altera e republica a Portaria n.º 1102/2007, de 7 de Setembro, que fixa o valor das taxas a cobrar pela autoridade de AIA no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.

2012

- **Aviso nº 2/2012**, de 15 de fevereiro - Aprova a Emenda à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotada pela Decisão III/7, na Terceira Conferência das Partes, realizada em Cavtat, na Croácia, de 1 a 4 de Junho de 2004

- **Despacho nº 10187/2012**, de 30 de julho (2ª série), do Ministro da Economia e do Emprego e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Reconhece a necessidade, por razões imperativas de interesse público, dos projetos de construção dos aproveitamentos hidroelétricos de Daivões, Alto Tâmega e Gouvães e a ausência de soluções alternativas.

- **Aviso nº 161/2012**, de 8 de outubro - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de aprovação do Protocolo Relativo à Avaliação Ambiental Estratégica à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, adotado em Kiev, na Ucrânia, em 21 de maio de 2003.

2013

- **Resolução da Assembleia da República nº 17/2013**, de 7 de março - Recomenda ao Governo que sujeite o projeto turístico previsto para a Praia Grande, na lagoa dos Salgados, ao exercício de avaliação de impacte ambiental (AIA).



RUÍDO

2009

- **Decreto-Lei nº 19/2009**, de 15 de Janeiro - **Transpõe** para a ordem jurídica interna a Directiva 2007/34/CE, da Comissão, de 14 de Junho, relativa ao nível sonoro admissível e ao dispositivo de escape dos veículos a motor, estabelecendo disposições aplicáveis à homologação CE de um modelo de automóvel no que respeita ao nível sonoro, bem como relativas à homologação CE de dispositivos silenciosos enquanto unidades técnicas.



RESÍDUOS

2009

- **Decreto-Lei nº 6/2009**, de 6 de Janeiro - Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos e que revoga a Directiva 91/157/CEE, do Conselho, de 18 de Março, alterada pela Directiva 2008/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março.

Alterado pelo Decreto-Lei nº 266/2009, de 29 de Setembro.

- **Portaria nº 172/2009**, de 17 de Fevereiro - Aprova o Regulamento dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER).

- **Despacho nº 9062/2009**, de 1 de Abril (2ª série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Licença à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (Amb3E).

- **Despacho nº 9063/2009**, de 1 de Abril (2ª série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Concessão de licença à ERP Portugal - Associação Gestora de REEE (ERP).

- **Despacho nº 10134/2009**, de 16 de Abril (2ª série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Aprova a tabela de valores da prestação financeira à ERP Portugal.

- **Despacho nº 10287/2009**, de 20 de Abril (2ª série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens. Altera os nº 5.3 e 5.4.2 do apêndice I à licença atribuída à Sociedade Ponto Verde em 7 de Dezembro de 2004, referente às bases das contribuições financeiras exigíveis ao ciclo económico do produto e das contrapartidas a pagar pela titular.

- **Despacho nº 10780/09**, de 27 de Abril (2ª série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação - Aprova a tabela de valores da prestação financeira da AMB 3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos, para o biénio de 2008-2009.

- **Despacho nº 16781/2009**, de 22 de Julho (2ª série) do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Concessão à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda., da licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de baterias e acumuladores para veículos automóveis e de alguns tipos de baterias e acumuladores industriais.

- **Portaria nº 851/2009**, de 7 de Agosto - Aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos (PERSU II)

Alterar a Portaria nº 187/2007, de 12 de Fevereiro.

- **Decreto-Lei nº 183/2009**, de 10 de Agosto - Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na concepção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) nº 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002.

Revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.

Declaração de Rectificação nº 74/2009, de 9 de Outubro.

Alterado pelo Decreto-Lei nº 84/2011, de 20 de Junho.

Alterado pelo Decreto-Lei nº 88/2013, de 9 de Julho.

- **Decreto-Lei nº 198/2009**, de 26 de Agosto - **Transpõe** para a ordem jurídica interna a Directiva 2006/117/EURATOM, do Conselho, de 20 de Novembro, relativa à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos radioactivos e de combustível irradiado, e **revoga** o Decreto-Lei nº 138/96, de 14 de Agosto.

- **Despacho nº 19692/2009**, de 27 de Agosto (2ª série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Licença para a gestão de um sistema integrado de gestão de pneus usados.

Alterar o Despacho nº 31203/2008, de 4 de Dezembro (2ª série).



-
- **Decreto-Lei nº 210/2009**, de 3 de Setembro -. Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos.
Alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2011, de 17 de Junho
 - **Decreto-Lei nº 235/2009**, de 15 de Setembro - Cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e constitui a sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., atribuindo-lhe a concessão da exploração e gestão desse sistema.
 - **Despacho nº 21295/2009**, de 22 de Setembro 2ª série), do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Aprova a Estratégia para os Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR), para o horizonte temporal de 2009-2020.
 - **Decreto-Lei nº 266/2009**, de 29 de Setembro - Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 6/2009, de 6 de Janeiro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2008/103/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos no que respeita à colocação de pilhas e acumuladores no mercado, que altera a Directiva nº 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro de 2006.
 - **Decreto-Lei nº 267/2009**, de 29 de Setembro - Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados.
 - **Portaria nº 1127/2009**, de 1 de Outubro - Aprova o Regulamento Relativo à Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos.
Alterada pela Portaria nº 1324/2010, de 29 de Dezembro.

2010

- **Decreto-Lei nº 10/2010**, de 4 de Fevereiro - Estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais.
Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2006/21/CE, JO L102 2006-4-11, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, relativa à gestão dos resíduos das indústrias extractivas.
- **Portaria nº 72/2010**, de 4 de Fevereiro - Estabelece as regras respeitantes à liquidação, pagamento e repercussão da taxa de gestão de resíduos e revoga a Portaria nº 1407/2006, de 18 de Dezembro.
Alterada pela Portaria nº 222/2011, de 2 de Junho.
- **Despacho nº 3227/2010**, de 22 de Fevereiro (2ª série), da Ministra do Ambiente, do Ordenamento do Território - Aprovação do Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos (PPRU) para o período de 2009-2016.
- **Despacho 3862/2010**, de 3 de Março (2ª série), do Secretário de Estado do Ambiente - Concessão à ERP Portugal - Associação Gestora de Resíduos de licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de pilhas e acumuladores.
- **Despacho 3863/2010**, de 3 de Março (2ª série), do Secretário de Estado do Ambiente - Concessão à ECOPIILHAS - Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., de licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de pilhas e acumuladores.
- **Portaria nº 165/2010**, de 16 de Março - Estabelece um regime excepcional aplicável ao «Projecto Limpar Portugal»
- **Despacho nº 5186/2010**, de 23 de Março (2ª série) do Secretário de Estado do Ambiente - Concessão à GVB - Gestão e Valorização de Baterias, Lda., de licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de baterias e acumuladores industriais e para veículos automóveis.
- **Despacho nº 6839/2010**, de 19 de Abril (2ª série), dos Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Prorrogação da licença concedida à VALORCAR - Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.
- **Despacho nº 6844/2010**, de 19 de Abril (2ª série), do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente - Redução do valor da taxa de registo no SIRAPA aos aderentes a uma plataforma de negociação autorizada pela Agência Portuguesa do Ambiente.
- **Portaria nº 228/2010**, de 22 de Abril - Define o logótipo para uso por parte das entidades gestoras das plataformas de negociações no âmbito do mercado organizado de resíduos.



- **Despacho nº 13093/2010**, de 13 de Agosto (2ª série) dos Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Concede à VALORCAR — Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda. a licença para a gestão de um sistema integrado de veículos em fim de vida.

- **Decreto-Lei nº 132/2010**, de 17 de Dezembro - Altera o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, e **transpõe** parcialmente a Directiva nº 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro.

- **Portaria nº 1324/2010**, de 29 de Dezembro - Altera o Regulamento de Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos, aprovado pela Portaria nº 1127/2009, de 1 de Outubro.

2011

- **Portaria nº 43/2011**, de 20 de Janeiro - Aprova o Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares para o período de 2011-2016.

- **Despacho nº 3107/2011**, de 15 de Fevereiro (2ª série), do Secretário de Estado do Ambiente - Tabela dos valores da prestação financeira unitária a aplicar pela VALORCAR no ano de 2011.

- **Despacho nº 4364/2011**, de 10 de Março (2ª série) do Ministro da Economia, da Inovação e do desenvolvimento e do Secretário de Estado do Ambiente - Prorrogação da licença concedida à SOGILUB - Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Usados, Lda.

- **Portaria nº 101/2011**, de 11 de Março - Estabelece um regime excepcional aplicável à iniciativa «Projecto limpar Portugal».

- **Despacho nº 6245/2011**, de 11 de Abril (2ª série), do Secretário de Estado do Ambiente - Tabela de valores da prestação financeira a suportar pela entidade ECOFILHAS - Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., para o ano de 2011.

- **Despacho nº 7007/2011**, de 6 de Maio (2ª série) da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território - Determina as medidas a adoptar na sequência da deposição ilegal de resíduos nas escombreiras das antigas minas de São Pedro da Cova (Gondomar).

- **Portaria nº 222/2011**, de 2 de Junho - Primeira alteração à Portaria nº 72/2010, de 4 de Fevereiro, que estabelece as regras respeitantes à liquidação, pagamento e repercussão da taxa de gestão de resíduos.

- **Despacho nº 8002/2011**, de 3 de Junho (2ª série) dos Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Tabela de valores das prestações financeiras a que se refere o n.º 1 da cláusula 6ª da licença da AMB3E- Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos para 2011.

- **Despacho nº 8061/2011**, de 6 de Junho (2ª série) dos Ministérios da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Altera a licença concedida à Sociedade Ponto Verde em 7 de Dezembro de 2004.

- **Decreto-Lei nº 73/2011**, de 17 de Junho - Proceda à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, **transpõe** a Directiva nº 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos.

- **Decreto-Lei nº 84/2011**, de 20 de Junho - Proceda à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das actividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas, conformando-os com o Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de Julho, que **transpõe** para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.

Republica o Decreto-Lei nº 133/2005, de 16 de Agosto.

2012

- **Decreto-Lei nº 1/2012**, de 11 de Janeiro - Proceda à 5.ª alteração ao Decreto-Lei nº 196/2003, de 23 de Agosto, e **transpõe** a Directiva nº 2011/37/UE, da Comissão, de 30 de Março, relativa aos veículos em fim de vida.



-
- **Despacho nº 1516/2012**, de 1 de fevereiro (2ª série) - Prorrogação do prazo da licença concedida à Amb3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, através do despacho conjunto n.º 354/2006, de 27 de abril.
 - **Despacho nº 1647/2012**, de 3 de fevereiro (2ª série) - Prorrogação do prazo da licença concedida à SOCIEDADE PONTO VERDE - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A.
 - **Despacho nº 1648/2012**, de 3 de fevereiro (2ª série) - Prorrogação do prazo da licença concedida à VALORMED - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos, Lda.
 - **Despacho nº 1649/2012**, de 3 de fevereiro (2ª série) - Prorrogação do prazo da licença concedida à SIGERU - Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda.
 - **Despacho nº 1649/2012**, de 3 de fevereiro (2ª série) - Prorrogação do prazo da licença concedida à ERP Portugal - Associação Gestora de R. E. E. E.
 - **Portaria nº 63/2012**, de 20 de março - Estabelece um regime excecional aplicável à iniciativa «Projeto limpar Portugal».
 - **Portaria nº 172/2012**, de 24 de maio - Primeira alteração à Portaria nº 242/2008, de 18 de março, que estabelece os termos do pagamento de taxas a cobrar pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) pela apreciação dos procedimentos relativos à notificação de transferência de resíduos que se destine à importação, exportação e trânsito.
 - **Lei nº 54/2012**, de 6 de Setembro - Define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 89/2012**, de 29 de outubro - Autoriza a realização da despesa com a aquisição de serviços de remoção de resíduos perigosos depositados em 2001 e 2002 nas escombreyras das antigas minas de São Pedro da Cova, em Gondomar, incluindo o seu encaminhamento para o destino final adequado às características dos resíduos.

2013

- **Resolução da Assembleia da República nº 8/2013**, de 31 de janeiro - Recomenda a aplicação do sistema tarifário de resíduos baseado no instrumento económico pay as you throw (PAYT), tal como sugestão da Comissão Europeia no recente estudo sobre prevenção e reciclagem de resíduos.
- **Decreto-Lei nº 23/2013**, de 15 de fevereiro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 45/2008, de 11 de março, introduzindo procedimentos desmaterializados de envio das notificações e informações relativas às transferências de resíduos.
- **Decreto-Lei nº 31/2013**, de 22 de fevereiro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 10/2010, de 4 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais.
- **Resolução da Assembleia da República nº 19/2013**, de 7 de março - Recomenda ao Governo que promova as medidas necessárias, no âmbito da revisão das políticas de gestão de resíduos, para melhorar os indicadores e estatísticas de Portugal, no contexto da União Europeia, no que se refere à geração, tratamento e deposição em aterros de resíduos.
- **Despacho nº 5966/2013**, de 9 de maio (2ª série) do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela dos valores da prestação financeira a aplicar pela ERP Portugal no ano de 2013.
- **Despacho nº 6249/2013**, de 14 de maio (2ª série) do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela dos valores da prestação financeira a aplicar pela Amb3e no ano de 2013.
- **Decreto-Lei nº 79/2013**, de 11 de junho - Estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), **transpondo** a Diretiva 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011.
- **Despacho nº 7398/2013**, de 11 de Junho (2ª série), dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela dos valores da prestação financeira a aplicar pela SIGERU no biénio de 2013 e 2014.



- **Despacho n.º 7467/2013**, de 11 de Junho (2ª série), dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1, da cláusula 6.ª, da licença da ERP Portugal para o ano de 2013.

- **Despacho n.º 7468/2013**, de 11 de Junho (2ª série), dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ambiente e do Ordenamento do Território - Aprova a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E para o ano de 2013.



SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

2009

- **Decreto-Lei nº 293/2009**, de 13 de Outubro - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) nº 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos.

2010

- **Decreto-Lei nº 41-A/2010**, de 29 de Abril - Regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Directiva 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, e a Directiva 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Setembro.

Declaração de Rectificação nº 18/2010, de 28 de Junho.

- **Decreto-Lei nº 98/2010**, de 11 de Agosto - Estabelece o regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado, **transpõe parcialmente** a Directiva nº 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, e **transpõe** a Directiva nº 2006/121/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro.

2011

- **Decreto-Lei nº 36/2011**, de 9 de Março - Estabelece obrigações relativas à exportação e importação de produtos químicos perigosos, assegurando a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) nº 689/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho de 2008.

Revoga o Decreto-Lei nº 1127/2007, de 17 de Abril

2012

- **Decreto-lei nº 109/2012**, de 18 de maio - Assegura a execução do Regulamento (CE) nº 1102/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à proibição da exportação de mercúrio metálico e de determinados compostos e misturas de mercúrio e o armazenamento seguro de mercúrio metálico.

- **Decreto-lei nº 206-A/2012**, de 31 de agosto - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 41-A/2010, de 29 de abril, relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, **transpondo** a Diretiva nº 2010/61/UE, da Comissão, de 2 de setembro, e conformando o regime da certificação das entidades formadoras de conselheiros de segurança e de condutores de veículos de mercadorias perigosas com o Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de julho.

- **Decreto-Lei nº 217/2012**, de 9 de outubro - Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis, conformando o mesmo às exigências constantes da Diretiva 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa ao livre acesso e exercício de atividades de serviços.

Republica o Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de novembro.

- **Decreto-Lei nº 220/2012**, de 10 de outubro - **Assegura a execução na ordem jurídica interna** das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) nº 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas nº 67/548/CEE e 1999/45/CE e altera o Regulamento (CE) nº 1907/2006.



PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE

2009

- **Decreto-Lei nº 46/2009**, de 20 de Fevereiro - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- **Decreto Regulamentar nº 9/2009**, de 29 de Maio - Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo.
Declaração de Rectificação nº 53/2009, de 28 de Julho.
- **Decreto Regulamentar nº 10/2009**, de 29 de Maio - Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes.
Declaração de Rectificação nº 54/2009, de 28 de Julho.
- **Decreto Regulamentar nº 11/2009**, de 29 de Maio - Estabelece os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional.
- **Portaria nº 651/2009**, de 12 de Junho - Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam actividades reconhecidas como turismo de natureza e o logótipo que os identifica.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 64-A/2009**, de 6 de Agosto (Suplemento) - Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo.
- **Decreto-Lei nº 181/2009**, de 7 de Agosto - Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, que procedeu à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- **Lei nº 89/2009**, de 31 de Agosto - Procede à primeira alteração à Lei nº 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contra-ordenações ambientais.
Declaração de Rectificação 70/2009, de 1 de Outubro
- **Decreto-Lei nº 276/2009**, de 2 de Outubro - Estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, de forma a evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, promovendo a sua correcta utilização.
Transpõe a Directiva 86/278/CEE, do Conselho, de 12 de Junho. JO L191 de 1986-7-15
Revoga o Decreto-Lei nº 118/2006, de 21 de Junho

2010

- **Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2010**, de 15 de Abril - Aprova a Estratégia Nacional para a Energia 2020.
- **Lei nº 19/2010**, de 23 de Agosto - Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei nº 23/2010, de 25 de Março, que estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro.
- **Lei nº 25/2010**, de 30 de Agosto - Estabelece as prescrições mínimas para protecção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações ópticas de fontes artificiais, **transpondo** a Directiva nº 2006/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril.
Declaração de Rectificação nº 33/2010, de 27 de Outubro.
- **Portaria nº 1316/2010**, de 28 de Dezembro - Aprova o Regulamento da Estrutura de Gestão do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética.
- **Decreto-Lei nº 141/2010**, de 31 de Dezembro - No âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, define as metas nacionais de energia renovável no consumo de energia final e **transpõe** parcialmente a Directiva nº 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril.



2011

- **Decreto-Lei nº 5/2011**, de 10 de Janeiro - Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal.
- **Decreto-Lei nº 6/2011**, de 10 de Janeiro - Adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de Julho.
- **Rectificação à Decisão 2009/564/CE** da Comissão, de 9 de Julho de 2009, que estabelece os critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico comunitário a serviços de parques de campismo.
JO L60 2011-3-05
- **Decreto-Lei nº 42/2011**, de 31 de Março - Altera a lista de substâncias activas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a protecção da saúde humana e animal e a salvaguarda do ambiente, **transpõe** as Directivas nº 2010/50/UE, de 10 de Agosto, 2010/51/UE, de 11 de Agosto, 2010/71/UE e 2010/72/UE, de 4 de Novembro, e 2010/74/UE, de 9 de Novembro, todas da Comissão, e procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2002, de 3 de Maio.
- **Despacho nº 6484/2011**, de 19 de Abril (2ª série), do Ministério da Defesa Nacional - Directiva Ambiental para a Defesa Nacional.
- **Decreto nº 17/2011**, de 21 de Junho - Aprova o Protocolo para Emendar a Convenção sobre a Responsabilidade Civil no Domínio da Energia Nuclear de 29 de Julho de 1960, com as Emendas introduzidas pelo Protocolo Adicional de 28 de Janeiro de 1964 e pelo Protocolo de 16 de Novembro de 1982, adoptado em Paris em 12 de Fevereiro de 2004
- **Aviso nº 165/2011**, de 13 de Julho - Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Estatuto da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), adoptado em Bona em 26 de Janeiro de 2009
- **Lei nº 56/2011**, de 15 de Novembro - Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de actividades perigosas para o ambiente, procede à 28ª alteração do Código Penal e **transpõe** a Directiva 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, e a Directiva 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro.
- **Despacho nº 15480/2011**, de 15 de Novembro (2ª série), dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Gabinetes do Ministro da Economia e do Emprego e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Procede à criação da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar – PARCA.

2012

- **Decreto-Lei nº 24/2012, de 6 de fevereiro** - Consolida as prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e **transpõe** a Directiva nº 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009.
- **Decreto-Lei nº 30/2012, de 9 de fevereiro** - **Transpõe** a Directiva 2009/71/EURATOM, do Conselho, de 25 de junho de 2009, que estabelece um quadro comunitário para a segurança das instalações nucleares, e cria a respetiva autoridade reguladora competente.
- **Decreto-Lei nº 95/2012**, de 20 de Abril - Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) nº 1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações situadas dentro ou fora da Comunidade num sistema comunitário de ecogestão e auditoria.
Revoga o Decreto -Lei n.º 83/99, de 18 de março, o Decreto -Lei n.º 142/2002, de 20 de maio e a Portaria n.º 455/99, de 23 de junho.



PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS

2009

- **Portaria nº 143/2009**, de 5 de Fevereiro - Define os condicionalismos específicos ao exercício da pesca lúdica no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV).
- **Decreto-Lei nº 36/2009**, de 10 de Fevereiro - Procede à modificação dos instituidores da Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco, criada pelo Decreto-Lei nº 306/2000, de 28 de Novembro, e à aprovação dos seus estatutos, que substituem os anteriores.
- **Portaria nº 160/2009**, de 12 de Fevereiro - Interdita o exercício da caça dentro dos limites do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e revoga a Portaria nº 1155/2002, de 28 de Agosto.
- **Portaria nº 161/2009**, de 12 de Fevereiro - Estabelece a interdição do exercício da caça em todos os terrenos cinegéticos não ordenados, dentro dos limites do Parque Natural da Serra de São Mamede.
- **Portaria nº 16320/09**, de 13 de Fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Real de Santo António.
Alterada pela Portaria nº 66/2012, de 21 de março.
- **Portaria nº 164/2009**, de 13 de Fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Silves.
- **Portaria nº 183/2009**, de 20 de Fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Maia
- **Portaria nº 231/2009**, de 2 de Março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sines.
- **Portaria nº 232/2009**, de 2 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Miranda do Corvo
- **Portaria nº 233/2009**, de 2 de Março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Cascais.
Declaração de Rectificação nº 23/2009, de 13 de Abril.
Alterada pela Portaria nº 337/2010, de 16 de Junho.
- **Portaria nº 247/2009**, de 9 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vagos.
- **Portaria nº 401/2009**, de 14 de Abril - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Aveiro.
- **Decreto Regulamentar nº 7/2009**, de 20 de Maio - Classifica o Monumento Natural das Portas de Ródão.
- **Decreto-lei nº 99-A/2009**, de 29 de Abril - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 373/87, de 9 de Dezembro, que cria o Parque Natural da Ria Formosa.
Declaração de rectificação nº 44/2009, de 26 de Junho.
- **Portaria nº 544/2009**, de 20 de Maio - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Cabeceiras de Basto.
- **Declaração de Rectificação nº 4472009**, de 26 de Junho - Rectifica o Decreto-Lei n.º 99-A/2009, de 29 de Abril, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 373/87, de 9 de Dezembro, que cria o Parque Natural da Ria Formosa, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 83, de 29 de Abril de 2009
- **Portaria nº 779/2009**, de 22 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santa Maria da Feira.
- **Portaria nº 788/2009**, de 28 de Julho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Gaia,



- **Portaria n.º 850/2009**, de 7 de Agosto - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Penedono.

Alterada pela Portaria n.º 1285/2009, de 19 de Outubro.

- **Portaria n.º 876/2009**, de 10 de Agosto - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santarém.

- **Portaria n.º 93572009**, de 20 de Agosto - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Tabuaço.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2009, de 2 de Setembro - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009**, de 9 de Setembro - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.

- **Portaria n.º 1069/2009**, de 18 de Setembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mira.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2009**, de 25 de Setembro - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odelouca.

- **Portaria n.º 1181/2009**, de 7 de Outubro - Estabelece o processo de candidatura e reconhecimento de áreas protegidas privadas.

- **Portaria n.º 1285/2009**, de 19 de Outubro - Primeira alteração à Portaria n.º 850/2009, de 7 de Agosto, que aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Penedono.

- **Portaria n.º 1374/2009**, de 29 de Outubro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Franca de Xira.

Declaração de Rectificação n.º 94-B/2009, de 28 de Dezembro (Suplemento).

Declaração de Rectificação n.º 10/2010, de 26 de Fevereiro.

- **Portaria n.º 1417/2009**, de 16 de Dezembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sintra.

2010

- **Portaria n.º 2372010**, de 11 de Janeiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Águeda.

Portaria n.º 36/2010, de 13 de Janeiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Cerveira.

Declaração de Rectificação n.º 11/2010, de 3 de Março.

- **Portaria n.º 66/2010**, de 1 de Fevereiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município do Bombaral.

- **Portaria n.º 289/2010**, de 27 de Maio - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Moita

- **Portaria n.º 337/2010**, de 16 de Junho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Cascais.

- **Portaria n.º 466/2010**, de 6 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Bragança.

- **Portaria n.º 470/2010**, de 7 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Monção.

- **Portaria n.º 499/2010**, de 14 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Covilhã.



- **Portaria nº 595/2010**, de 29 de Julho - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Aljezur.

Declaração de Rectificação nº 30 /2010, de 27 de Setembro.

- **Resolução do Conselho de Ministros nº 57/2010**, de 12 de Agosto - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

- **Portaria nº 864/2010**, de 7 de Setembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de São João da Madeira.

- **Portaria nº 1043/2010**, de 8 de Outubro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Chamusca.

- **Portaria nº 1199/2010**, de 26 de Novembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mourão

- **Portaria nº 1284/3010**, de 16 de Dezembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Almada.

- **Portaria nº 1317/2010**, de 28 der Dezembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Ponte de Sor.

- **Portaria nº 1318/2010**, de 28 der Dezembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira do Bairro.

2011

- **Portaria nº 31/2011**, de 11 de Janeiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município da Póvoa de Varzim.

- **Portaria nº 32/2011**, de 12 de Janeiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município de Coruche.

Alterada pela Portaria nº 215/2013, de 1 de julho.

- **Portaria nº 39/2011**, de 18 de Janeiro - Identifica os condutores e viaturas que beneficiam da isenção do pagamento da taxa de acesso à Reserva Biogenética da Mata de Albergaria e revoga o artigo 3º da Portaria nº 31/2007, de 8 de Janeiro

- **Portaria nº 91/2011**, de 28 de Fevereiro - Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município de Palmela.

- **Portaria nº 94/2011**, de 2 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Ovar.

- **Portaria nº 112/2011**, de 21 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Arouca.

Declaração de Rectificação nº 1472011, de 20 de Maio.

- **Portaria nº 126/2011**, de 31 de Março - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do município de Torres Novas

- **Portaria nº 162/2011**, de 18 de Abril - Define os limites e condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional

Declaração de Rectificação nº 15/2011, de 23 de Maio.

- **Portaria nº 257/2011**, de 12 de Julho - Define os modelos de sinalização para efeitos de identificação e informação relativa à conservação da natureza e da biodiversidade no âmbito das áreas protegidas

- **Portaria nº 260/2011**, de 1 de Agosto - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Valongo.

- **Portaria nº 263/2011**, de 9 de Setembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Ponte de Lima.



-
- **Portaria nº 288/2011**, de 3 de Novembro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira de Azeméis.
 - **Portaria nº 293/2011**, de 15 de Novembro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Coimbra na área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro.
 - **Portaria nº 311/2011**, de 27 de Dezembro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Albergaria-a-Velha.

2012

- **Portaria nº 5/2012**, de 2 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Tondela
- **Portaria nº 10/2012**, de 10 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Tomar, para a área de intervenção do Plano de Pormenor do Parque Desportivo ao Açude da Pedra.
- **Portaria nº 14/2012**, de 16 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Valença.
- **Portaria nº 17/2012**, de 19 de janeiro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Amadora.
- **Portaria nº 18/2012**, de 20 de janeiro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho da Covilhã.
- **Portaria nº 23/2012**, de 25 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Águeda.
- **Portaria nº 59/2012**, de 16 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Grândola, enquadrada no procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da UNOP 4 – Tróia.
- **Portaria nº 65/2012**, de 21 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Moura.
- **Portaria nº 66/2012**, de 16 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Vila Real de Santo António.
- **Portaria nº 68/2012**, de 22 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Mesão Frio.
- **Portaria nº 69/2012**, de 22 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Ribeira de Pena.
- **Portaria nº 70/2012**, de 23 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Paredes de Coura.
- **Portaria nº 71/2012**, de 23 de março - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Famalicão.
- **Portaria nº 85/2012**, de 29 de março - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Albufeira.
- **Portaria nº 98/2012**, de 10 de Abril - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Estarreja, enquadrada pelo Plano de Urbanização do Polígono Nascente da Área de Desenvolvimento Programado do Espaço Industrial.
- **Portaria nº 99/2012**, de 10 de Abril - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Grândola, enquadrada no procedimento de revisão do Plano de Urbanização da UNOR3 - Carvalhal e Lagoas Travessa e Formosa
- **Portaria nº 100/2012**, de 10 de Abril - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho da Chamusca, enquadrada pela necessidade de instalação do Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Hospitalares e Industriais



- **Aviso nº 6722/2012**, de 16 de maio - Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, é efetuada a correção material da carta da Reserva Ecológica Nacional do município de Amarante, republicando a versão corrigida.

- **Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2012**, de 3 de outubro - Aprova as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional a nível municipal.

Declaração de Retificação nº 71/2012, de 30 de novembro.

- **Portaria nº 314/2012**, de 11 de outubro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Paredes.

- **Portaria nº 315/2012**, de 11 de outubro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Aguiar da Beira.

- **Portaria nº 322/2012**, de 15 de outubro - Aprova a delimitação parcial da Reserva Ecológica Nacional do município de Alcobça.

- **Decreto-Lei n 239/2012**, de 2 de novembro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

- **Portaria nº 400/2012**, de 5 de dezembro - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Redondo.

- **Portaria nº 419/2012**, de 20 de dezembro - Define as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional.

2013

- **Portaria nº 37/2013**, de 30 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Amares.

- **Portaria nº 39/2013**, de 31 de janeiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Santa Marta de Penaguião.

- **Portaria nº 44/2013**, de 1 de fevereiro - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Lousada.

- **Portaria nº 48/2013**, de 4 de fevereiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Cantanhede

- **Portaria nº 64/2013**, de 13 de fevereiro - Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Leiria

Declaração de Retificação nº 17/2013, de 25 de março.

- **Portaria nº 158/2013**, de 22 de abril - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Elvas.

- **Portaria nº 162/2013**, de 23 de abril - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Melgaço

- **Decreto nº 9/2013**, de 9 de maio - Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição do Parque Internacional Tejo-Tajo, assinado no Porto, em 9 de maio de 2012.

- **Portaria nº 174/2013**, de 9 de maio - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Matosinhos.

- **Portaria nº 175/2013**, de 9 de maio - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Celorico Basto.

- **Portaria nº 176/2013**, de 9 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Pouca de Aguiar.

- **Portaria nº 179/2013**, de 10 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vouzela

- **Portaria nº 180/2013**, de 10 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Penela.



-
- Portaria nº 181/2013, de 10 de maio - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Torre de Moncorvo.
 - Portaria nº 182/2013, de 10 de maio - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Seia.
 - Portaria nº 183/2013, de 14 de maio - Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mourão.
 - Portaria nº 215/2013, de 1 de julho - Aprova a alteração da Reserva Ecológica Nacional do município de Coruche.
 - Portaria nº 216/2013, de 2 de julho - Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Lousã.



INDÚSTRIA E ENERGIA

2012

- **Decreto-Lei nº 169/2012**, de 1 de agosto - Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.

2013

- **Decreto-Lei nº 39/2013**, de 18 de março - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 141/2010, de 31 de dezembro, que estabelece as metas nacionais de utilização de energia renovável no consumo final e transpõe a Diretiva nº 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril.

- **Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2013**, de 1 de abril - Aprova o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020.

- **Decreto-Lei nº 59/2013**, de 8 de maio - Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 214/2008, de 10 de novembro, que estabelece o regime do exercício da atividade pecuária, alargando o prazo de licenciamento das atividades pecuárias.

Alterado pelo Decreto-Lei nº 81/2013, de 14 de junho.

- **Decreto-Lei nº 767/2013**, de 5 de junho - Cria o registo de operador de madeira e de produtos derivados e estabelece medidas sancionatórias por violações ao Regulamento (UE) nº 995/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, definindo o regime de controlo e fiscalização da sua aplicação no território nacional.

- **Decreto-Lei nº 81/2013**, de 14 de junho - Aprova o novo regime de exercício da atividade pecuária e altera os Decretos-Leis nº 202/2004, de 18 de agosto, e nº 142/2006, de 27 de julho.

CHECK-LIST

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM PROJETOS COFINANCIADOS

AMBIENTE

Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho ¹ (Considerando 22 e Artigo 17.º- Desenvolvimento Sustentável)

Regulamento Geral do FEDER e do FC (alínea k do Artigo 21.º)

Outra legislação aplicável

As operações financiadas no âmbito dos Fundos Estruturais deverão ser coerentes com as outras políticas comunitárias e respeitar a legislação (Considerando 22 do Regulamento (CE) n.º 1083/2006).

Os objetivos dos fundos são perseguidos no quadro do desenvolvimento sustentável e da promoção pela Comunidade do objectivo de proteger e melhorar o ambiente, previsto no artigo 6º do Tratado (Artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006).

Os beneficiários ficam obrigados a cumprir os normativos nacionais e comunitários, em particular em matéria de ambiente (alínea k do Artigo 21.º do Regulamento Geral do FEDER e do FC).

Identificação da Operação e Beneficiário

Código da Operação (código SIQREN)

Identificação do Beneficiário

N.º	Questão a verificar	A preencher pelos beneficiários		A preencher pelas AG	
		S/N/NA	Evidência Documental (em anexo)	Verificação pela AG	Observações
A operação é abrangida:					
Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)					
1	A operação consiste na elaboração de um plano ou programa mencionado no artigo 3.º do DL 232/2007?				
1.1	Em caso afirmativo, foi apresentada a Declaração Ambiental a que se refere o artigo 10.º do referido diploma?				
Avaliação de impacte ambiental (AIA)					
2	A operação enquadra-se nos termos definidos nos n.º 3, 4 e 5 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro?				
2.1	Em caso afirmativo, foi apresentada a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável ou condicionalmente favorável (art.17.º do DL 197/2005)?				
2.2	No caso da DIA ter sido emitida sobre um projeto que se encontra em fase de estudo-prévio ou anteprojecto foi apresentado o parecer favorável da Autoridade de AIA ⁽²⁾ ou da entidade licenciadora sobre o relatório da conformidade do projeto de execução com a respetiva DIA (art.º 28.º)? ⁽²⁾ Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ou Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) territorialmente competente, conforme os casos referidos no art.º 7.º				

¹ Retificado pela Retificação de 01/09/2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1989/2006 do Conselho, de 21/12 (retificado pela Retificação publicada no JO L 27 de 02/02/2007), retificado pelas Retificações de 07/06/2007, de 26/06/2007 e de 12/11/2008, alterado pelo Reg.(CE) n.º 1341/2008 do Conselho, de 18/12, pelo Reg.(CE) n.º 284/2009 do Conselho, de 07/04, pelo Reg.(UE) n.º 539/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16/06 e pelos Reg.(UE) n.º 1310/2011 e n.º 1311/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, ambos de 13/12.

CHECK-LIST

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM PROJETOS COFINANCIADOS

2.3	Existe evidência do acompanhamento da execução e cumprimento das medidas de minimização e condicionantes impostas na DIA (p.e através dos relatórios de acompanhamento da gestão ambiental da obra)?				
Licenciamento ambiental (Prevenção e Controlo Integrado da Poluição-PCIP)					
3	A operação inclui alguma instalação na qual são desenvolvidas uma ou mais atividades constantes do anexo I ⁽³⁾ do DL n.º 173/2008? ⁽³⁾ As atividades incluídas no anexo I dizem respeito a atividades industriais e de gestão de resíduos.				
3.1	Em caso afirmativo, foi apresentada a respetiva Licença Ambiental (artigo 9.º), ou em alternativa, foi apresentado o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) em como a operação não configura uma alteração substancial (art.º 10.º)?				
A localização da operação insere-se:					
Rede Natura 2000 (Caso a operação seja objeto de AIA, passar à questão 6, caso aplicável)					
4	A operação encontra-se localizada num Sítio da Rede Natura 2000 ⁽⁴⁾ ? ⁽⁴⁾ De modo a aferir se uma determinada operação se localiza em Rede Natura 2000 poderá ser consultado o seguinte endereço de internet: <i>Natura Viewer</i> - http://natura2000.eea.europa.eu				
4.1	Em caso afirmativo, foi apresentada declaração de conformidade com a Rede Natura 2000?				
4.2	Existe evidência do cumprimento das condicionantes impostas (caso existam) pela Declaração de Conformidade com a Rede Natura 2000?				
A execução da intervenção material incluída na operação é abrangida por autorização/licença:					
Ocupação Domínio Hídrico /Utilização dos Recursos Hídricos (Caso a operação seja objeto de AIA ou PCIP e não haja utilização dos recursos hídricos, passar à questão 6, caso aplicável)					
5	A operação:				
	a) Encontra-se localizada em domínio hídrico, nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro?				
	b) Inclui algum uso dos recursos hídricos sujeito à atribuição de um Título de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH), nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro e do Decreto-lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio?				
5.1	Em caso afirmativo, foi apresentado o respetivo Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) ⁵ , nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro e do Decreto-lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio. ⁽⁵⁾ A autorização, licença ou concessão				

CHECK-LIST

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM PROJETOS COFINANCIADOS

	constituem títulos de utilização dos recursos hídricos				
5.2	Existe evidência do cumprimento das condicionantes impostas (caso existam) pelo Respetivo TURH?				
<u>Licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos</u>					
6	A operação inclui alguma atividade ou operação constante do artigo 23º do <u>Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho</u> , que estabelece a terceira alteração e republicação do <u>Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro</u> ?				
6.1	Em caso afirmativo, foi apresentado o respetivo licenciamento (artigos 29º e 31º)?				